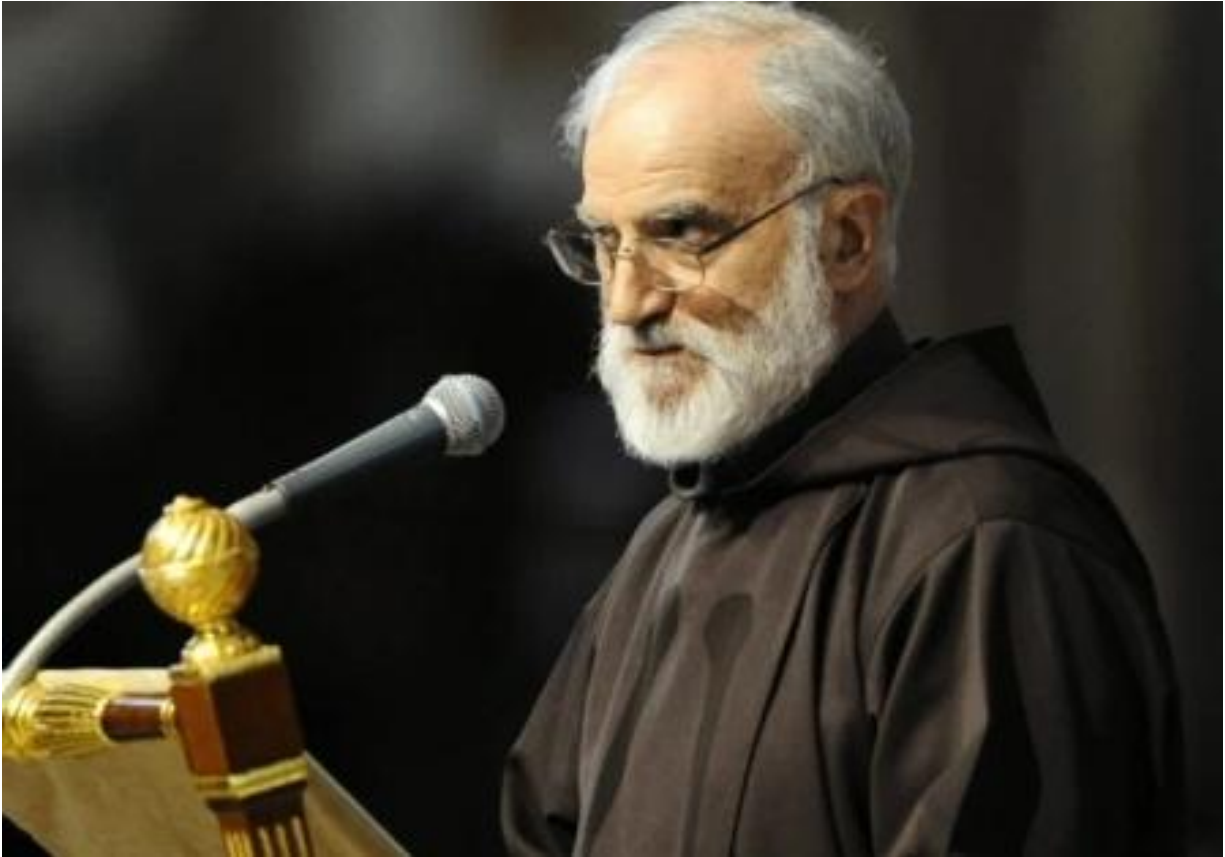


PREGAÇÕES DO ADVENTO

**Pelo pregador da Casa Pontifícia
Fr. Raniero Cantalamessa, OFMCap.**



2019



Fr. Raniero Cantalamessa, OFM Cap.

Fonte
vaticannews.va

PRIMEIRA PREGAÇÃO

“Feliz daquela que acreditou!” - Maria na Anunciação

Cada ano, a Liturgia prepara-nos para o Natal com três grandes guias: Isaías, João Baptista e Maria; o profeta, o precursor e a mãe. O primeiro anunciou-o de longe, o segundo apontou-o presente no mundo, a mãe trouxe-o no seu ventre. Para este Advento de 2019, pensei em confiar-nos inteiramente à Mãe. Ninguém melhor do que ela pode predispor-nos para celebrar o nascimento do Redentor.

Ela não celebrou o Advento, viveu-o na sua carne; como toda a mulher grávida, sabe o que significa estar «à espera» e pode ajudar-nos a viver este Advento com uma fé cheia de expectativa. Contemplaremos a Mãe de Deus nos três momentos em que a Escritura a apresenta no centro dos acontecimentos: a Anunciação, a Visitação e o Natal.

«Eis a serva do Senhor...»

Comecemos pela Anunciação. Quando Maria chegou à casa de Isabel, esta acolheu-a com grande alegria e, «cheia do Espírito Santo», exclamou: «Bem-aventurada aquela que acreditou, porque se cumprirá o que o Senhor lhe prometeu!» (Lc 1,45). A grande coisa que aconteceu em Nazaré, depois da saudação do anjo, foi que Maria acreditou e se tornou assim «Mãe do Senhor». Não há dúvida de que este acreditar se refere à resposta de Maria ao anjo: «Eis a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra» (Lc 1,38).

Com estas poucas e simples palavras realizou-se o maior e mais decisivo acto de fé da história do mundo. Esta palavra de Maria representa «o cume de qualquer comportamento religioso perante Deus, porque exprime, da maneira mais elevada, a passiva disponibilidade unida à activa prontidão, o vazio mais profundo acompanhado da maior plenitude» [1].

Com esta sua resposta — escreve Orígenes — é como se Maria dissesse a Deus: «Eis-me aqui, sou uma tabuinha para escrever: o Escritor escreva o

que quiser, faça de mim o que quiser o Senhor de todas as coisas» [2].

Ele compara Maria à tábua encerada que, no seu tempo, se usava para escrever. Nós hoje poderíamos dizer que Maria se oferece a Deus como uma página em branco, na qual pode escrever tudo o que quiser.

«Num instante que nunca mais desaparecerá e que permanece válido por toda a eternidade, a palavra de Maria foi a palavra da humanidade, e o seu “sim” foi o *Amém* de toda a criação ao “sim” de Deus» (K. Rahner). É como se, nela, Deus interpelasse novamente a liberdade criada, oferecendo-lhe uma possibilidade de redenção. Este é o sentido profundo do paralelismo Eva-Maria, tão caro aos Padres e a toda a tradição: «O que Eva tinha atado com a sua incredulidade, Maria desatou com a sua fé» [3].

Pelas palavras de Isabel — «Bem-aventurada aquela que acreditou» — percebe-se como, já no Evangelho, a maternidade divina de Maria é entendida não apenas como maternidade física, mas muito mais como maternidade espiritual, fundada na fé. É nisso que se baseia Santo Agostinho quando escreve: «A Virgem Maria, acreditando, deu à luz aquele que, acreditando, concebera... Depois que o anjo lhe falou, cheia de fé (*fide plena*), concebendo Cristo antes no coração do que no seio, ela respondeu: “Eis a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra”».

À plenitude da graça por parte de Deus corresponde a plenitude da fé por parte de Maria; ao *gratia plena*, o *fide plena*.

Sozinha com Deus

À primeira vista, o acto de fé de Maria parece ter sido fácil e previsível. Tornar-se mãe de um rei que reinaria eternamente sobre a casa de Jacó, mãe do Messias! Era esse o sonho de toda a jovem judia. Mas esta é uma maneira de raciocinar muito humana e carnal. A verdadeira fé nunca é privilégio ou honra; é sempre como morrer um pouco, e foi isso sobretudo a fé de Maria naquele momento.

Antes de mais, Deus nunca engana nem arranca das criaturas o seu consentimento de modo sorrateiro, escondendo-lhes as consequências que terão de enfrentar. Vemo-lo em todos os grandes chamamentos de Deus. A

Jeremias anuncia: «Eles farão guerra contra ti» (Jr 1,19), e a Ananias diz, a propósito de Saulo: «Eu lhe mostrarei quanto deve sofrer por minha causa» (Act 9,16). Teria Deus agido de modo diferente apenas com Maria, para uma missão como a sua? À luz do Espírito Santo, que acompanha o chamamento de Deus, ela certamente previu que o seu caminho não seria diferente do de todos os outros chamados. De facto, Simeão dará muito cedo expressão a esse pressentimento, dizendo que uma espada lhe trespassará a alma.

Aliás, já no plano simplesmente humano, Maria encontra-se numa total solidão. A quem poderia explicar o que nela aconteceu? Quem acreditaria nela, quando dissesse que o filho por ela concebido era «obra do Espírito Santo»? Isto nunca tinha acontecido antes dela, nem acontecerá depois. Maria conhecia certamente o que estava escrito no livro da Lei: se, por ocasião das núpcias, se constatasse que a jovem não era virgem, deveria ser levada à entrada da casa do seu pai para ser apedrejada pelos habitantes da cidade (cf. Dt 22,20ss).

Falamos hoje muitas vezes do risco da fé, pensando geralmente no risco intelectual; mas, para Maria, tratava-se de um risco real! Carlo Carretto, no seu pequeno livro sobre Nossa Senhora, conta como chegou a descobrir a fé de Maria. Quando vivia no deserto, alguns dos seus amigos tuaregues informaram-no de que uma jovem do acampamento tinha sido prometida como esposa a um rapaz, mas, sendo ainda demasiado nova, não tinha ido viver com ele. Carlo Carretto comparou este facto com aquilo que Lucas diz a respeito de Maria. Por isso, passando de novo naquele mesmo acampamento, dois anos depois, pediu notícias da jovem. Percebeu um certo embaraço entre os seus interlocutores e, mais tarde, um deles, aproximando-se com grande reserva, fez um gesto: passou a mão pela garganta, com o gesto característico dos árabes quando querem dizer: «Foi degolada». Como tinha sido encontrada grávida antes do matrimónio, a honra da família exigia aquele desfecho.

Então pensou novamente em Maria, nos olhares impiedosos dos habitantes de Nazaré, e compreendeu a solidão de Maria. Nessa mesma noite escolheu-a como companheira de viagem e mestra da sua fé [4].

Maria é a única que acreditou «em situação de contemporaneidade», isto é, enquanto o acontecimento estava a decorrer, antes de qualquer confirmação ou validação por parte dos acontecimentos e da história. Acreditou na mais completa solidão. Jesus disse a Tomé: «Acreditaste porque me viste? Bem-aventurados os que acreditam sem terem visto!» (Jo 20,29). Maria é a primeira daqueles que acreditam sem terem visto.

Situação semelhante foi a de Abraão: quando, apesar da idade avançada, lhe foi prometido um filho, a Escritura diz, quase com um tom de triunfo e de admiração: «Abraão acreditou no Senhor, e isso foi-lhe contado como justiça» (Gn 15,6). Com muito maior razão podemos agora afirmar isso de Maria: Maria confiou em Deus, e Deus contou-lhe isso como justiça. É o maior acto de justiça realizado na terra por um ser humano, menor apenas do que o de Jesus que, porém, é também Deus.

São Paulo afirma que Deus ama quem dá com alegria (2 Cor 9,7), e Maria disse o seu «sim» a Deus com alegria. O verbo com que Maria exprime o seu consentimento, traduzido por «fiat» ou «faça-se», no original está no optativo (*génoito*); um optativo que não exprime uma simples aceitação resignada, mas um vivo desejo. É como se dissesse: «Eu também desejo, com todo o meu ser, aquilo que Deus deseja; que se realize imediatamente o que Ele quer». Como dizia Santo Agostinho, ela concebeu Cristo no seu coração antes de o conceber no seu corpo.

Maria, porém, não disse «*fiat*», que é uma palavra latina; nem disse «*génoito*», que é uma palavra grega. O que disse então? Qual é a palavra que, na língua falada por Maria, corresponde mais de perto a esta expressão? O que dizia um judeu quando queria dizer «assim seja»? Dizia «*amém!*».

Se é lícito remontar, com piedosa reflexão, à *ipsissima vox*, à palavra mesma que saiu da boca de Maria — ou, pelo menos, à palavra que estava na fonte judaica usada por Lucas — essa palavra deve ter sido «*amém*». *Amém*, palavra hebraica cuja raiz significa firmeza, certeza, era usada na liturgia como resposta de fé à palavra de Deus. No fim de alguns salmos, cada vez que na Vulgata se lê «*fiat, fiat*» (na versão dos Setenta: *génoito, génoito*), o original hebraico, conhecido por Maria, traz: *amém, amém!*

Com o «*amém*» reconhece-se o que foi dito como sendo palavra firme, estável, válida e vinculante. A sua tradução exacta, quando se trata de resposta à palavra de Deus, é a seguinte: «Assim é e assim seja». Indica, ao mesmo tempo, fé e obediência; reconhece como verdade o que Deus afirma e aceita-o. Significa dizer «sim» a Deus.

Nesse sentido encontramos esta palavra também nos lábios de Jesus: «Sim, *amém*, Pai, porque assim foi do teu agrado...» (cf. Mt 11,26). Aliás, Ele próprio é o *Amém* personificado: «Assim fala o *Amém*...» (Ap 3,14), e é por meio dele que qualquer outro «*amém*» pronunciado na terra sobe agora para Deus (cf. 2 Cor 1,20).

Tal como o *fiat* de Maria precede o de Jesus no Getsémani, assim também o seu «*amém*» precede o do Filho. Maria também é um «*amém*» personificado para Deus.

Na esteira de Maria

Tal como a esteira deixada por um grande navio se vai alargando até desaparecer e perder-se no horizonte, mas começa num ponto que é o mesmo ponto do navio, assim acontece com a imensa esteira dos crentes que formam a Igreja. Começa num ponto, que é a fé de Maria, o seu *fiat*.

A fé, juntamente com a sua irmã, a esperança, é a única coisa que não começa com Cristo, mas com a Igreja e, por isso, com Maria, que é o seu primeiro membro na ordem do tempo e da importância. O Novo Testamento nunca atribui a Jesus a fé ou a esperança. A Carta aos Hebreus apresenta-nos uma lista daqueles que tiveram fé: «Pela fé, Abel... Pela fé, Abraão... Pela fé, Moisés...» (cf. Hb 11,4ss). Mas esta lista não inclui Jesus. Jesus é chamado «autor e consumidor da fé» (Hb 12,2), não um dos crentes, nem sequer o primeiro.

Pelo simples facto de crermos, encontramo-nos, portanto, na esteira de Maria e queremos agora aprofundar o que significa seguir verdadeiramente essa esteira. Lendo na Bíblia o que se refere a Maria, desde o tempo dos Padres a Igreja seguiu um critério que pode ser expresso assim: «Maria, ou a Igreja, ou a alma» (*Maria vel Ecclesia vel anima*). Isto quer dizer que tudo quanto a Escritura diz de modo particular acerca de Maria deve ser

entendido universalmente da Igreja, e tudo quanto se afirma universalmente da Igreja deve ser entendido singularmente de cada alma fiel.

Seguindo também nós este princípio, vejamos agora o que a fé de Maria tem a dizer, primeiro à Igreja no seu conjunto e depois a cada um de nós, a cada alma em particular. Procuraremos esclarecer primeiro as implicações eclesiais ou teológicas da fé de Maria e depois as pessoais ou ascéticas. Deste modo, a vida de Maria não serve apenas para aumentar a nossa devoção pessoal, mas também para aprofundar a nossa compreensão da Palavra de Deus e dos problemas da Igreja.

Antes de mais, Maria fala-nos da importância da fé. Não há som nem música onde não há um ouvido capaz de escutar, ainda que ressoassem no ar melodias e harmonias sublimes. Não existe graça — ou, pelo menos, a graça não pode agir — quando falta a fé que a acolha. Tal como a chuva nada pode fazer germinar antes de encontrar uma terra que a receba, assim também a graça se não encontrar a fé. É pela fé que nos tornamos «sensíveis» à graça.

A fé é a base de tudo; é a primeira e a «melhor» obra a realizar. «A obra de Deus é esta — diz Jesus —: que acrediteis» (cf. Jo 6,29). A fé é tão importante porque é a única que conserva à graça a sua gratuidade. Não procura inverter as posições, fazendo de Deus um devedor e do homem um credor. Por isso a fé agrada tanto a Deus que, na sua relação com o homem, faz praticamente tudo depender dela.

Graça e fé: estes são os dois pilares da salvação; são para o homem como dois pés para caminhar ou duas asas para voar. Não são, porém, duas realidades paralelas, como se de Deus viesse a graça e de nós a fé, dependendo assim a salvação, em partes iguais, de Deus e de nós, da graça e da liberdade. Seria um erro pensar: a graça depende de Deus, mas a fé depende de mim; juntos, Deus e eu realizamos a salvação!

Mais uma vez estaríamos a transformar Deus num devedor, alguém que de algum modo depende de nós e deve partilhar connosco o mérito e a glória. São Paulo elimina qualquer dúvida quando afirma: «É pela graça que fostes salvos, mediante a fé. E isto não vem de vós; é dom de Deus!»

(Ef 2,8ss). Também em Maria o acto de fé foi suscitado pela graça do Espírito Santo.

O que agora nos interessa é esclarecer alguns aspectos da fé de Maria que podem ajudar a Igreja de hoje a crer mais plenamente. O acto de fé de Maria é muito pessoal, único e irrepetível. Consiste em confiar em Deus e entregar-se completamente a Ele. É um relacionamento de pessoa para pessoa. A isto chama-se fé subjectiva. Aqui destaca-se sobretudo o facto de acreditar, mais do que as coisas acreditadas.

Mas a fé de Maria é também muito objectiva, comunitária. Ela não acredita num Deus subjectivo e pessoal, separado da realidade, que se revela secretamente apenas a ela. Pelo contrário, acredita no Deus dos Pais, no Deus do seu povo. Reconhece, no Deus que se lhe revela, o Deus das promessas, o Deus de Abraão e da sua descendência.

Coloca-se humildemente na fila dos crentes, tornando-se a primeira crente da nova aliança, tal como Abraão tinha sido o primeiro crente da antiga aliança. O *Magnificat* está cheio desta fé fundada nas Escrituras e de alusões à história do seu povo. O Deus de Maria é um Deus com traços tipicamente bíblicos: Senhor, Poderoso, Santo, Salvador.

Maria não teria acreditado no anjo se este lhe tivesse revelado um Deus diferente, que ela não pudesse reconhecer como o Deus do seu povo de Israel. Também exteriormente Maria se conforma com essa fé. Submete-se a todas as prescrições da Lei: manda circuncidar o Menino, apresenta-o no templo, submete-se ao ritual da purificação, sobe a Jerusalém para a Páscoa.

Tudo isto constitui para nós um grande ensinamento. Tal como a graça, também a fé foi submetida, ao longo dos séculos, a um fenómeno de análise e fragmentação, surgindo assim numerosas espécies e subespécies de fé.

Os irmãos protestantes, por exemplo, valorizam mais o primeiro aspecto, subjectivo e pessoal da fé. «A fé — escreve Lutero — é uma confiança viva e audaz na graça de Deus»; é uma «confiança firme». Em algumas correntes do protestantismo, onde esta tendência é levada ao extremo, como no pietismo, os dogmas e as chamadas verdades de fé têm

quase nenhuma importância. A atitude interior e pessoal diante de Deus torna-se a coisa mais importante e quase exclusiva.

Na tradição católica e ortodoxa, pelo contrário, desde a antiguidade deu-se grande importância ao problema da recta fé ou da ortodoxia. O problema das coisas que devem ser acreditadas prevaleceu muito cedo sobre o aspecto subjectivo e pessoal do crer, isto é, sobre o acto de fé. Os tratados dos Padres intitulados *De fide* nem sequer mencionam a fé como acto subjectivo de confiança e abandono, mas preocupam-se sobretudo em estabelecer, em polémica contra os hereges, quais são as verdades que devem ser aceites em comunhão com toda a Igreja.

Depois da Reforma, esta tendência tornou-se ainda mais forte na Igreja católica, em reacção à acentuação unilateral da fé-confiança. Acreditar passou a significar sobretudo aderir ao credo da Igreja. São Paulo dizia que «com o coração se crê e com a boca se confessa» (cf. Rm 10,10): a «confissão» da recta fé prevaleceu frequentemente sobre o «crer com o coração».

Maria leva-nos a reencontrar também neste campo «a totalidade», que é muito mais rica e mais bela do que qualquer das partes consideradas isoladamente.

Não basta ter apenas uma fé subjectiva, uma fé que seja abandono a Deus no íntimo da própria consciência. É muito fácil, por este caminho, reduzir Deus à nossa própria medida. Isso acontece quando criamos uma ideia pessoal de Deus, baseada numa interpretação pessoal da Bíblia ou na interpretação de um pequeno grupo, e depois aderimos a ela com todas as forças — talvez até com fanatismo — sem perceber que nisso há mais fé em nós mesmos do que em Deus.

Mas também não basta uma fé apenas objectiva e dogmática se ela não realizar o contacto íntimo e pessoal entre o eu e o Tu com Deus. Esta torna-se facilmente uma fé morta, um acreditar por pessoa interposta ou por instituição interposta, de tal modo que, quando entra em crise por qualquer motivo, faz desmoronar também o relacionamento com a própria Igreja.

Assim pode acontecer que um cristão chegue ao fim da vida sem nunca ter feito um acto de fé livre e pessoal, que é o único que justifica o nome de «crente».

É preciso, portanto, acreditar pessoalmente, mas na Igreja; acreditar na Igreja, mas pessoalmente. A fé dogmática da Igreja não anula o acto pessoal nem a espontaneidade do crer; pelo contrário, protege-o e permite conhecer e abraçar um Deus imensamente maior do que o da minha pobre experiência.

De facto, nenhuma criatura consegue abranger, com o seu acto de fé, tudo aquilo que se pode conhecer acerca de Deus. A fé da Igreja é como uma objectiva grande-angular, que permite fotografar um panorama muito mais amplo do que com uma objectiva simples.

Unindo-me à fé da Igreja faço minha a fé de todos aqueles que me precederam: dos Apóstolos, dos mártires, dos doutores. Os santos, que não puderam levar consigo a fé para o céu, onde já não tem utilidade, deixaram-na como herança à Igreja.

Há um poder incrível nestas palavras: «Eu creio em Deus Pai todo-poderoso...». O meu pequeno «eu», unido àquele grande «eu» de todo o Corpo Místico de Cristo, passado e presente, faz ressoar um grito mais poderoso do que o bramido do mar, um grito que faz tremer nos seus alicerces o reino das trevas.

Creiamos também nós!

Consideremos agora as implicações pessoais e ascéticas que brotam da fé de Maria. Santo Agostinho, depois de ter afirmado, no texto citado acima, que Maria, «cheia de fé, gerou acreditando aquele que tinha concebido acreditando», tira uma aplicação prática dizendo: «Maria acreditou e nela se realizou aquilo que acreditou. Creiamos também nós, para que aquilo que nela se realizou possa ser de proveito também para nós».

Creiamos também nós! A contemplação da fé de Maria leva-nos, antes de tudo, a renovar o nosso acto pessoal de fé e de abandono em Deus. Daí a

importância decisiva de dizer a Deus, uma vez na vida, um «faça-se», um *fiat*, como o de Maria. Quando isso acontece, temos um acto envolto no mistério, porque implica ao mesmo tempo graça e liberdade; é uma espécie de concepção. A criatura não pode realizar este acto sozinha; por isso Deus a ajuda, sem tirar a sua liberdade.

O que é preciso fazer? É simples: depois de ter rezado, para que não seja uma coisa superficial, é preciso dizer a Deus com as mesmas palavras de Maria: «Eis o servo, ou a serva do Senhor: faça-se em mim segundo a tua palavra!». Sim, meu Deus, digo *amém* a todo o teu desígnio; entrego-me a Ti!

É preciso, porém, lembrar que Maria disse o seu *fiat* no optativo, com desejo e alegria. Quantas vezes repetimos essas palavras num estado de espírito de resignação mal disfarçada, como quem baixa a cabeça e cerra os dentes: «Se não há outro remédio, então faça-se a tua vontade!». Maria ensina-nos a dizê-lo de modo diferente. Sabendo que a vontade de Deus a nosso respeito é infinitamente mais bela e mais rica de promessas do que qualquer projecto nosso, sabendo que Deus é amor infinito e tem para nós «projectos de paz e não de desgraça» (cf. Jr 29,11), como Maria dizemos, cheios de desejo e quase com impaciência: «Realize-se em mim, ó Deus, a tua vontade de amor e de paz!».

Assim, a vida humana atinge o seu sentido e a sua mais alta dignidade. Dizer «sim», dizer «*amém*» a Deus, não humilha a dignidade do homem, como às vezes hoje se pensa, mas antes a exalta. Afinal, qual é a alternativa a este «*amém*» que dizemos a Deus? O pensamento contemporâneo, que fez precisamente da análise da existência o seu objecto principal, demonstrou claramente que é preciso dizer «*amém*»; e se não o dissermos a Deus, que é amor, teremos de o dizer a qualquer outra realidade que não passa de fria e entorpecedora necessidade: ao destino, à fatalidade.

«O meu justo viverá da fé»

Todos podem e devem imitar Maria na sua fé. Mas de modo particular isto deve ser feito pelo sacerdote e por todos aqueles que são chamados, de alguma forma, a transmitir aos outros a fé e a Palavra. «O meu justo viverá da fé» (cf. Hab 2,4; Rm 1,17): isto vale de modo especial para o sacerdote.

«O meu sacerdote» — diz Deus — «viverá da fé». Ele é o homem da fé. O peso específico de um sacerdote é dado pela sua fé. Ele influenciará as almas na medida da sua fé.

O papel do sacerdote ou do pastor no meio do povo não é apenas o de distribuidor de sacramentos e de serviços, mas também o de suscitador e testemunha da fé. Ele será realmente alguém que guia e arrasta na medida em que, como Maria, acreditar e entregar a sua liberdade a Deus.

A grande e essencial característica — aquilo que os fiéis percebem imediatamente num sacerdote e num pastor — é se ele acredita: se acredita naquilo que diz e naquilo que celebra. Quem procura Deus antes de tudo num sacerdote percebe isso imediatamente; quem não procura Deus nele pode ser facilmente enganado e também enganar o próprio sacerdote, levando-o a sentir-se importante, brilhante, actualizado, quando na realidade também ele é, como se dizia no capítulo precedente, um homem «vazio».

Até mesmo o não crente, que se aproxima de um sacerdote num espírito de procura, percebe logo a diferença. O que o provoca e o põe numa crise salutar não são geralmente as discussões mais eruditas sobre a fé, mas a simples fé. A fé é contagiosa. Ninguém é contagiado por ouvir falar de um vírus ou por estudá-lo, mas somente entrando em contacto com ele; o mesmo acontece com a fé.

A força de um servo de Deus é proporcional à força da sua fé. Às vezes sofremos e talvez até nos queixamos com Deus na oração porque as pessoas abandonam a Igreja, continuam no pecado, porque falamos, falamos, e nada acontece. Um dia os Apóstolos tentaram expulsar o demónio de um pobre rapaz, mas não conseguiram. Depois de Jesus expulsar o espírito maligno, aproximaram-se dele e perguntaram: «Porque não conseguimos nós expulsá-lo?». Jesus respondeu: «Por causa da vossa pouca fé» (Mt 17,19-20).

O mundo, dissemos, é sulcado como o mar pela esteira de um belo navio: a esteira de fé aberta por Maria. Entremos nessa esteira. Creiamos também nós, para que se realize também em nós aquilo que nela se realizou.

Invoquemos Nossa Senhora com o doce título de *Virgo fidelis*: Virgem fiel, rogai por nós.

NOTAS

[1] H. Schürmann, *Il Vangelo di Luca*, Paideia, Brescia, 1983, p. 154.

[2] Orígenes, *Comentário ao Evangelho de Lucas*, fragm. 18 (GCS, 49, p. 227).

[3] Santo Ireneu, *Adversus Haereses* III, 22, 4.

[4] C. Carretto, *Beata te che hai creduto*, Ed. Paoline, 1986, pp. 9ss.

SEGUNDA PREGAÇÃO

“A minha alma engrandece ao Senhor” - Maria na Visitação

Nesta meditação, subimos com Maria «à montanha», à casa de Isabel. A Mãe de Deus falar-nos-á diretamente e em primeira pessoa com o seu cântico de louvor, o *Magnificat*. Depois de contemplar Maria na Anunciação, contemplamo-la agora no mistério da Visitação. Ela falar-nos-á diretamente e em primeira pessoa com o seu hino, o *Magnificat*. Hoje o sucessor de Pedro celebra o quinquagésimo aniversário da sua ordenação sacerdotal, e o cântico da Virgem é a oração que mais espontaneamente brota do coração em ocasiões como esta. Será uma pequena forma de nos unirmos espiritualmente ao jubileu do Santo Padre.

Para compreender o lugar que ocupa este cântico, devemos dizer algumas palavras sobre o papel desempenhado pelos cânticos do «Evangelho da infância» de Lucas: o *Benedictus*, o *Magnificat*, o *Gloria* e o *Nunc dimittis*. Estes hinos dos evangelhos da infância têm a função de explicar espiritualmente o que acontece, isto é, de evidenciar em palavras o sentido do acontecimento, dando-lhe a forma de uma profissão de fé e de louvor. Indicam o significado escondido do evento que deve ser trazido à luz.

Como tais, fazem parte integrante da narrativa histórica; não são entretchos ou trechos separados, porque cada acontecimento histórico é constituído de dois elementos: o facto e o seu significado. Afinal, eles inserem a liturgia na história. «A liturgia cristã — foi escrito — tem os seus primórdios nos hinos da história da infância» [1]. Temos nestes cânticos, por outras palavras, um embrião da liturgia natalícia. Eles realizam o elemento essencial da liturgia, que é ser celebração festiva e crente do acontecimento da salvação.

Muitos problemas permanecem sem solução acerca destes cânticos, segundo os estudiosos da Bíblia: os autores reais, as fontes, a estrutura. Podemos prescindir, felizmente, de todos estes problemas de crítica e deixar que continuem a ser estudados com proveito por aqueles que se ocupam

destas questões. Não devemos esperar que todos estes pontos obscuros sejam resolvidos para podermos desde já edificar-nos com estes cânticos. Não porque tais problemas não sejam importantes, mas porque existe uma certeza que relativiza todas estas incertezas: Lucas recolheu estes cânticos no seu Evangelho e a Igreja acolheu o Evangelho de Lucas no seu cânone. Estes cânticos são «Palavra de Deus», inspirada pelo Espírito Santo.

O *Magnificat* é de Maria porque lho «atribuiu» o Espírito Santo, e isto faz com que seja mais «seu» do que se o tivesse escrito materialmente de próprio punho! De facto, não nos interessa tanto saber se o *Magnificat* foi composto por Maria, quanto saber se foi composto por inspiração do Espírito Santo. Mesmo que tivéssemos a certeza de que fora composto por Maria, isso não nos interessaria por si mesmo, mas porque nele fala o Espírito Santo.

O cântico de Maria contém um olhar novo sobre Deus e sobre o mundo. Na primeira parte, que compreende os versículos 46-50, no fluxo do que lhe aconteceu, o olhar de Maria fixa-se em Deus; na segunda parte, que abrange os versículos restantes, o seu olhar volta-se para o mundo e para a história.

Um novo olhar sobre Deus

O primeiro movimento do *Magnificat* dirige-se para Deus; Deus tem o primado absoluto sobre todas as coisas. Maria não demora em responder à saudação de Isabel; não entra em diálogo com os homens, mas com Deus. Recolhe a sua alma e lança-a no infinito, que é Deus. No *Magnificat* ficou «fixada» para sempre uma experiência de Deus sem precedentes e sem termo de comparação na história. É o exemplo mais sublime da linguagem dita numinosa.

Foi observado que a manifestação da realidade divina no horizonte de uma criatura produz habitualmente dois sentimentos contrapostos: um de temor e outro de amor. Deus apresenta-se como «o mistério tremendo e fascinante»: tremendo pela sua majestade, fascinante pela sua bondade. Quando a luz de Deus brilhou pela primeira vez na alma de Agostinho, ele confessa que «tremeu de amor e de terror» e que, depois disso, o contacto com Deus o fazia «tremar e arder» ao mesmo tempo [2].

Encontramos algo semelhante no cântico de Maria, expresso de modo bíblico através dos títulos. Deus é visto como *Adonai* (que diz muito mais do que o nosso «Senhor»), como «Deus», como «Poderoso» e sobretudo como *Qadosh*, «Santo»: «Santo é o seu nome!». Uma palavra que envolve tudo num tremendo silêncio. Ao mesmo tempo, porém, este Deus santo e poderoso é visto, com infinita confiança, como «meu Salvador», como realidade benévola e amável, como um Deus «próprio», um Deus para a criatura.

Mas é sobretudo a insistência de Maria na misericórdia — a única palavra que aparece duas vezes no cântico — que põe em evidência este aspecto benévolo e fascinante da realidade divina. «O seu amor estende-se de geração em geração»: estas palavras sugerem a ideia da misericórdia divina como um rio majestoso que atravessa toda a história humana.

O conhecimento de Deus provoca, por contraste, um novo conhecimento de si mesmo. O «eu» só se compreende verdadeiramente diante de Deus, «face a Deus». Na presença de Deus a criatura conhece-se finalmente na verdade. E assim acontece também no *Magnificat*.

Maria sente-se «olhada» por Deus; entra nesse olhar e vê-se como Deus a vê. E como se vê nesta luz divina? Como «pequena» — a palavra «humildade» significa aqui pequenez real e não a virtude moral da humildade — e como «serva». Vê-se como um pequeno nada que Deus se dignou olhar.

Maria não atribui a eleição divina à sua humildade, mas unicamente à graça de Deus. Pensar de outro modo destruiria imediatamente a humildade da Virgem. A humildade tem um estatuto muito particular: não a possui quem pensa possuí-la; possui-a quem pensa não a possuir. Maria considerava-se uma pequena serva sem valor; por isso era a mais humilde das criaturas.

Deste reconhecimento de Deus, de si mesma e da verdade nasce a alegria e a exultação: «o meu espírito exulta...». É a alegria que nasce da verdade, alegria pelo agir divino, alegria do louvor puro e gratuito. Maria engrandece a Deus por si mesmo, ainda que o glorifique por aquilo que fez

nela, isto é, a partir da própria experiência, como fazem todos os grandes orantes da Bíblia.

O júbilo de Maria é o júbilo escatológico pelo agir definitivo de Deus e é também o júbilo da criatura que se sabe amada pelo Criador, ao serviço do Santo, do amor, da beleza e da eternidade. É a plenitude da alegria. São Boaventura, que tinha experiência direta dos efeitos transformadores da visita de Deus à alma, fala da vinda do Espírito Santo em Maria, no momento da Anunciação, como de um fogo que a inflamou completamente: «Sobrevém nela — escreve — o Espírito Santo como fogo divino que inflamou a sua mente e santificou a sua carne, conferindo-lhe uma pureza perfeitíssima... Oh! Se tu fosses capaz de sentir, em alguma medida, qual e quão grande foi o incêndio descido do céu, qual o refrigério recebido... Se pudesses ouvir o canto jubiloso da Virgem...» [3].

Também a exegese científica mais exigente e rigorosa reconhece que aqui nos encontramos diante de palavras que não podem ser plenamente compreendidas pelos meios normais da análise filológica e confessa: «Quem lê estas linhas é chamado a partilhar o júbilo; só a comunidade concelebrante dos crentes em Cristo e dos seus fiéis está à altura destes textos» (H. Schürmann, *op. cit.*). Trata-se de um falar «no Espírito», que não pode ser compreendido senão no Espírito.

Um novo olhar sobre o mundo

O *Magnificat* compõe-se de duas partes. Aquilo que muda, na passagem da primeira para a segunda parte, não é nem o modo de se exprimir nem o tom; deste ponto de vista, o cântico é um fluxo contínuo que não apresenta rupturas; continua a série de verbos no passado que narram o que Deus fez, ou melhor, «começou a fazer». Aquilo que muda é apenas o campo do agir de Deus: das coisas que fez «nela», passa-se a observar as coisas que fez no mundo e na história. Consideram-se os efeitos da manifestação definitiva de Deus, os seus reflexos sobre a humanidade e sobre a história. Aqui observamos uma segunda característica da sabedoria evangélica, que consiste em unir à embriaguez do contacto com Deus a sobriedade no olhar sobre o mundo, conciliando entre si o maior arrebatamento e abandono em

relação a Deus com o maior realismo crítico em relação à história e aos homens.

Com uma série de fortes verbos no aoristo, Maria descreve, a partir do versículo 51, uma reviravolta e uma mudança radical das posições entre os homens: derrubou – exaltou; encheu – mandou embora de mãos vazias. Uma reviravolta imprevista e irreversível, porque obra de Deus que não muda nem volta atrás, como fazem, pelo contrário, os homens nas suas coisas. Nesta mudança emergem duas categorias de pessoas: de um lado a categoria dos soberbos-poderosos-ricos; do outro a categoria dos humildes-famintos.

É importante compreendermos em que consiste uma tal reviravolta e onde ela acontece, porque, de outro modo, corre-se o risco de compreender mal todo o cântico e, com ele, as bem-aventuranças evangélicas que aqui são quase antecipadas com as mesmas palavras. Olhemos para a história: o que aconteceu realmente quando começou a realizar-se o acontecimento cantado por Maria? Houve, porventura, uma revolução social e externa pela qual os ricos foram de repente empobrecidos e os famintos saciados de alimento? Houve, porventura, uma distribuição mais justa dos bens entre as classes? Não. Porventura os poderosos foram materialmente retirados dos tronos e os humildes exaltados? Não; Herodes continuou a ser chamado «o Grande» e Maria e José tiveram de fugir para o Egito por causa dele.

Se, portanto, se esperava aqui uma mudança social e visível, houve um desmentido total por parte da história. Então onde aconteceu tal reviravolta? (Porque ela aconteceu!). Aconteceu na fé! Manifestou-se o Reino de Deus e isso provocou uma revolução silenciosa, mas radical. Foi como se tivesse sido descoberto um bem que, de repente, desvalorizou a moeda corrente. O rico aparece como um homem que pôs de lado uma enorme soma de dinheiro, mas durante a noite houve uma desvalorização de cem por cento e, de manhã, quando se levantou, era um pobre miserável. Os pobres e os famintos, pelo contrário, foram favorecidos, porque foram mais rápidos em acolher a nova realidade; não temem a mudança; têm o coração pronto. A reviravolta cantada por Maria é do mesmo tipo — dizia — daquela proclamada por Jesus com as bem-aventuranças e com a parábola do rico epulão.

Maria fala de riqueza e de pobreza a partir de Deus; mais uma vez, fala «face a Deus», toma como medida Deus, não o homem. Estabelece o critério «definitivo», escatológico. Dizer, portanto, que se trata de uma reviravolta acontecida «na fé» não significa dizer que ela é menos real ou radical, menos séria, mas que o é infinitamente mais. Isto não é um desenho feito pela onda na areia do mar que a onda seguinte apaga. Trata-se de uma riqueza eterna e de uma pobreza igualmente eterna.

O *Magnificat*, modelo de evangelização

Santo Ireneu, comentando a Anunciação, diz que «Maria, cheia de exultação, gritou profeticamente em nome da Igreja: A minha alma glorifica o Senhor» [4]. Maria é como a voz solista que entoia primeiro uma ária que depois deve ser repetida pelo coro. Isto quer dizer a expressão «Maria, figura da Igreja» (*typus Ecclesiae*), usada pelos Padres da Igreja e acolhida pelo Concílio Vaticano II (LG 63). Dizer que Maria é «figura da Igreja» significa dizer que é a sua personificação, a representação sensível de uma realidade espiritual; significa dizer que é o modelo da Igreja. Ela é figura da Igreja também no sentido em que na sua pessoa se realiza, desde o início e de modo perfeito, a ideia de Igreja; que ela a realiza, sob a cabeça que é Cristo, como membro principal e primícias.

Mas o que quer dizer aqui «Igreja» e em lugar de que Igreja Ireneu diz que Maria canta o *Magnificat*? Não em lugar da Igreja nominal, mas da Igreja real; isto é, não da Igreja em abstracto, mas da Igreja concreta, das pessoas e das almas que compõem a Igreja. O *Magnificat* não é apenas para recitar, mas para viver, para cada um de nós o fazer seu; é o «nosso» cântico. Quando dizemos: «A minha alma glorifica o Senhor», este «minha» deve ser entendido em sentido directo, não referencial. «Esteja em cada um — escreve Santo Ambrósio — a alma de Maria para glorificar o Senhor; esteja em cada um o espírito de Maria para exultar em Deus... Se, de facto, segundo a carne, uma só é a mãe de Cristo, segundo a fé todas as almas geram Cristo; cada uma, na verdade, acolhe em si o Verbo de Deus» [5].

À luz destes princípios, tentemos agora aplicar a nós — à Igreja e à alma — o cântico de Maria e ver o que devemos fazer para nos «assemelharmos» a Maria não apenas nas palavras, mas também nos factos.

O *Magnificat* ensina-nos essencialmente duas coisas: a sermos fervorosos com Deus e críticos, ou realistas, connosco mesmos e com os homens. Ensina-nos o ideal da «sóbria embriaguez do Espírito»: a embriaguez quando, na primeira parte, contempla Deus; a sobriedade, na segunda parte, quando contempla o mundo.

Na segunda parte, onde Maria proclama a ruína dos poderosos e dos soberbos, o *Magnificat* recorda à Igreja qual é o anúncio essencial que deve proclamar ao mundo. Ensina-lhe a ser também ela «profética». A Igreja vive e actua o cântico da Virgem quando repete com Maria: «Derrubou os poderosos, mandou embora os ricos de mãos vazias!», e repete-o com fé, distinguindo este anúncio de todos os outros pronunciamentos que também tem o direito de fazer em matéria de justiça, de paz e de ordem social, enquanto intérprete qualificada da lei natural e guardiã do mandamento de Cristo do amor fraterno.

Se as duas perspectivas são distintas, não estão separadas nem privadas de qualquer influência recíproca. Pelo contrário, o anúncio de fé daquilo que Deus fez na história da salvação (que é a perspectiva em que se coloca o *Magnificat*) torna-se a melhor indicação daquilo que o homem deve fazer, por sua vez, na própria história humana e, antes ainda, daquilo que a própria Igreja tem a obrigação de fazer, por força da caridade que deve também ao rico, em vista da sua salvação. Mais do que «um incitamento para derrubar os poderosos dos tronos e exaltar os humildes», o *Magnificat* é uma salutar advertência dirigida aos ricos e aos poderosos sobre o tremendo perigo que correm, exactamente como será, nas intenções de Jesus, a parábola do rico epulão.

Aquele do *Magnificat* não é, portanto, o único modo de enfrentar o problema, hoje tão sentido, da riqueza e da pobreza, da fome e da saciedade; existem outros, também eles legítimos, que partem da história e não da fé e aos quais justamente os cristãos dão o seu apoio e a Igreja o seu discernimento. Mas este modo evangélico é aquele que a Igreja deve proclamar sempre e a todos como seu mandato específico e com o qual deve sustentar o esforço comum de todos os homens de boa vontade. Ele é universalmente válido e sempre actual. Se, por hipótese (ai de mim, remota!), existissem um tempo e um lugar em que já não houvesse

injustiças nem desigualdades sociais entre os homens, mas todos fossem ricos e saciados, nem por isso a Igreja deveria cessar de proclamar, com Maria, que Deus manda embora os ricos de mãos vazias. Pelo contrário, por seu mandato deveria proclamá-lo com maior força ainda. O *Magnificat* é actual nos países ricos não menos do que nos países do terceiro mundo.

Existem planos e aspetos da realidade que não se percebem a olho nu, mas apenas com o auxílio de uma luz especial: ou com os raios infravermelhos ou com os raios ultravioletas. A imagem obtida com esta luz especial é muito diferente e surpreendente para quem está habituado a ver este mesmo panorama à luz natural. A Igreja possui, graças à Palavra de Deus, uma imagem diversa da realidade do mundo, a única definitiva, porque obtida com a luz de Deus e porque é aquela mesma que Deus tem. Ela não pode ocultar tal imagem. Deve antes difundi-la, sem jamais se cansar, torná-la conhecida aos homens, porque dela depende o seu destino eterno. É a imagem que, no final, ficará quando tiver passado “o esquema deste mundo”. Torná-la conhecida, às vezes, com palavras simples, diretas e proféticas, como aquelas de Maria, como são ditas as coisas de que se está íntima e tranquilamente convicto. E isto mesmo à custa de parecer ingénua e fora do mundo, diante da opinião dominante e do espírito do tempo.

O Apocalipse dá-nos um exemplo desta linguagem profética, direta e corajosa, na qual, à opinião humana, é contraposta a verdade divina: Tu dizes (e este “tu” pode ser a pessoa individual, como pode ser uma sociedade inteira): “Sou rico e abastado e não preciso de nada”, sem reconhecer que és infeliz, miserável, pobre, cego e nu (Ap 3,17).

Numa célebre fábula de Andersen, fala-se de um rei a quem se fez acreditar, por vigaristas, que existe um tecido maravilhoso que tinha o privilégio de tornar invisível aos tolos e ineptos quem o vestisse, e visível apenas aos sábios. Ele, naturalmente, é o primeiro a não o ver, mas tem medo de dizê-lo, por receio de passar por um dos tolos; e assim fazem todos os seus ministros e todo o povo. O rei desfila pelas ruas sem nada por cima, mas todos, para não se denunciarem, fingem admirar o belíssimo vestido, até que se ouve a vozinha de uma criança que grita entre a multidão: “Mas o rei está nu!”, quebrando o encantamento; e todos finalmente têm a coragem de admitir que aquele famoso vestido não existe. A Igreja deve ser como a

vozinha de uma criança que, diante de um certo mundo todo enfatizado das próprias riquezas e que leva a considerar louco e tolo quem mostra não acreditar nelas, repete, com as palavras do Apocalipse: “Tu não sabes que estás nu!”. Aqui vê-se claramente como Maria, no Magnificat, “fala profeticamente pela Igreja”: ela, partindo de Deus, foi a primeira a pôr a nu a grande pobreza da riqueza deste mundo. O Magnificat é suficiente para justificar o título “Estrela da evangelização”, que São Paulo VI atribui a Maria na sua *Evangelii nuntiandi*.

O Magnificat, escola de conversão

Contudo, seria desvirtuar completamente esta parte do Magnificat que fala dos soberbos e dos humildes, dos ricos e dos famintos, se a limitássemos apenas ao âmbito das coisas que a Igreja e o crente devem pregar ao mundo. Aqui não se trata de algo que se deve apenas pregar, mas de algo que se deve, antes de tudo, praticar. Maria pode proclamar a bem-aventurança dos humildes e dos pobres porque ela própria está entre os humildes e os pobres. A reviravolta por ela anunciada deve acontecer primeiro no íntimo de quem repete o Magnificat e reza com ele. Deus – diz Maria – abateu os soberbos “nos pensamentos do seu coração”. De um golpe, o discurso passa de fora para dentro: das discussões teológicas, nas quais todos têm razão, para os pensamentos do coração, onde todos erramos. O homem que vive “para si mesmo”, para quem Deus não é o Senhor mas o próprio “eu”, é um homem que construiu para si um trono e nele se senta ditando lei aos outros. Ora, Deus – diz Maria – derruba tais homens do seu trono; põe a descoberto a sua falsidade e injustiça. Há um mundo interior, feito de pensamentos, vontade, desejos e paixões, do qual – diz São Tiago – provêm as guerras e os conflitos, as injustiças e injúrias que existem entre nós (cf. Tg 4,1); e enquanto alguém não começar a curar esta raiz, nada muda verdadeiramente no mundo e, se alguma coisa muda, é apenas para reproduzir, pouco depois, a mesma situação de antes.

Como o cântico de Maria nos toca de perto, como nos interpela profundamente e como põe verdadeiramente “o machado à raiz”! Que loucura e incoerência seria a minha se, todos os dias, nas Vésperas, repetisse com Maria que Deus “derrubou os poderosos dos tronos” e, no entanto, continuasse a cobiçar o poder, um lugar mais elevado, uma

promoção humana, uma promoção na carreira, e perdesse a paz se isso tardasse a chegar; se, todos os dias, proclamasse com Maria que Deus “mandou os ricos de mãos vazias” e, no entanto, aspirasse sem descanso a enriquecer e a possuir sempre mais coisas e coisas cada vez mais refinadas; se preferisse estar de mãos vazias diante de Deus, antes do que de mãos vazias diante do mundo — vazias dos bens de Deus mais do que vazias dos bens deste mundo. Que loucura seria a minha se continuasse a repetir com Maria que Deus “olha para os humildes”, que se aproxima deles, enquanto mantém à distância os soberbos e os ricos de tudo, e depois fosse daqueles que fazem exatamente o contrário.

“Todos os dias – escreveu Lutero comentando o Magnificat – devemos constatar que cada um se esforça por elevar-se acima de si mesmo, para uma posição de honra, de poder, de riqueza, de domínio, para uma vida abastada e para tudo o que é grande e soberbo. E cada um quer estar com tais pessoas, corre atrás delas, serve-as voluntariamente, cada um quer participar da sua grandeza... Ninguém quer olhar para baixo, onde existem pobreza, ignomínia, necessidade, aflição e angústia; antes, todos desviam o olhar de uma tal situação. Todos evitam as pessoas assim provadas, afastam-nas, deixam-nas sozinhas; ninguém pensa em ajudá-las, em assisti-las e em fazer com que elas se tornem também alguém: devem permanecer em baixo e ser desprezadas” [6].

Deus – diz Maria – faz exatamente o contrário: mantém à distância os soberbos e eleva até si os humildes e os pequenos; está com mais agrado junto dos necessitados e dos famintos que o importunam com súplicas e pedidos, do que com os ricos e saciados que não têm necessidade dele e nada lhe pedem. Assim fazendo, Maria exorta-nos, com ternura materna, a imitar Deus, a fazer nossa a sua escolha. Ensina-nos os caminhos de Deus. O Magnificat é, verdadeiramente, uma maravilhosa escola de sabedoria evangélica. Uma escola de conversão contínua.

Pela comunhão dos santos no corpo místico, todo este imenso património se une agora ao Magnificat. É bom rezá-lo assim, em coro, com todos os orantes da Igreja. Deus escuta-o assim. Para entrar neste coro que atravessa os séculos, basta que procuremos reapresentar a Deus os sentimentos e o entusiasmo de Maria que, por primeiro, o entoou “em nome

da Igreja”, dos doutores que o comentaram, dos artistas que o musicaram com fé, dos piedosos e dos humildes de coração que o viveram. Graças a este maravilhoso cântico, Maria continua a engrandecer o Senhor por todas as gerações; a sua voz, como a de uma solista, sustenta e arrasta a da Igreja.

Um orante do saltério convida todos a unirem-se a ele, dizendo: *Magnificate comigo ao Senhor* (Sl 34,4). Maria repete aos seus filhos as mesmas palavras. Se posso interpretar o seu pensamento, creio que, no dia do seu Jubileu sacerdotal, o Santo Padre dirige a todos nós o mesmo convite: “Magnificai o Senhor comigo”. E prometemos fazê-lo.

NOTAS

[1] H. Schürmann, *Das Lukasevangelium*, I, Freiburg i.B., 1982.

[2] Sto. Agostinho, *Confissões*, VII, 16; XI, 9.

[3] S. Boaventura, *Lignum vitae*, 1,3.

[4] S. Irineu, *Adv. Haer.* III, 10,2 (SCh 211, p. 118).

[5] S. Ambrósio, *In Luc.* II, 26 (CC 14, p. 42).

[6] Ed. Weimar, 7, p. 547.

TERCEIRA PREGAÇÃO

“ELA DEU À LUZ O SEU FILHO PRIMOGÉNITO”

Maria Mãe de Deus

Os “passos” que estamos a dar nas pegadas de Maria correspondem, de maneira bastante fiel, também ao desenrolar histórico da sua vida como o vemos nos Evangelhos. A meditação sobre Maria “cheia de fé” reconduziu-nos ao mistério da Anunciação; a outra, sobre o Magnificat, ao mistério da Visitação; e agora esta, sobre Maria “Mãe de Deus”, há de levar-nos ao Natal.

De facto, foi no Natal, no momento em que “deu à luz o seu filho primogénito” (Lc 2,7), e não antes, que Maria se tornou verdadeira e plenamente Mãe de Deus. Falando de Maria, a Escritura sublinha constantemente dois elementos, ou dois momentos fundamentais que, aliás, correspondem àqueles que também a experiência humana habitualmente considera essenciais para que exista uma verdadeira e plena maternidade: conceber e dar à luz. Eis – diz o anjo a Maria – que conceberás e darás à luz um filho (Lc 1,31). Estes dois momentos estão presentes também no relato de Mateus: o que ela “concebeu” é obra do Espírito Santo e ela “darà à luz” um filho (cf. Mt 1,20ss). A profecia de Isaías, na qual tudo isto tinha sido preanunciado, exprimia-se da mesma maneira: uma virgem conceberá e darà à luz um filho (Is 7,14). Eis porque eu dizia que, somente no Natal, quando dá à luz Jesus, Maria se torna, em sentido pleno, Mãe de Deus.

O título de “Geradora de Deus” (*Dei Genitrix*), usado na Igreja latina, sublinha mais o primeiro momento, o da concepção; e o título de *Theotókos*, usado na Igreja grega, sublinha mais o segundo momento, o dar à luz (*tíktō*, em grego, significa “dou à luz”). O primeiro momento, o gerar, é comum tanto ao pai como à mãe, enquanto o segundo, o dar à luz, é exclusivo da mãe.

Mãe de Deus: título que exprime um dos mistérios e, para a razão, um dos paradoxos mais altos do cristianismo. Mãe de Deus é o mais antigo e o

mais importante título dogmático de Nossa Senhora, definido pela Igreja no Concílio de Éfeso, no ano de 431, como verdade de fé que todos os cristãos devem crer. É o fundamento de toda a grandeza de Maria. É o próprio princípio da mariologia; por ele, Maria não é apenas objeto de devoção no cristianismo, mas também de teologia; entra no próprio discurso sobre Deus, porque Deus está diretamente comprometido na maternidade divina de Maria.

Uma visão histórica da formação do dogma

No Novo Testamento, não encontramos explicitamente o título “Mãe de Deus” atribuído a Maria. Encontramos, porém, afirmações que, mais tarde, hão de mostrar à reflexão atenta da Igreja, guiada pelo Espírito Santo, já conterem *in nuce* esta verdade. Como já vimos, afirma-se que Maria concebeu e deu à luz um filho, que é o Filho do Altíssimo, santo e Filho de Deus (cf. Lc 1,31-32.35). Resulta dos Evangelhos, portanto, que Maria é mãe de um filho do qual se sabe que é o Filho de Deus. Nos Evangelhos, ela é habitualmente chamada mãe de Jesus, mãe do Senhor (cf. Lc 1,43), ou simplesmente “a mãe” e “sua mãe” (cf. Jo 2,1-3).

Será necessário que a Igreja, no desenvolvimento da sua fé, esclareça para si mesma quem é Jesus, antes de saber de quem Maria é mãe. Evidentemente, Maria não começa a ser Mãe de Deus no Concílio de Éfeso em 431, como Jesus não começa a ser Deus no Concílio de Niceia em 325, quando foi assim definido. Já antes ela era Mãe de Deus. Mas aquele é o momento em que a Igreja, no desenvolvimento e na explicitação da sua fé, pressionada pela heresia, toma plena consciência desta verdade e se posiciona a respeito. Acontece como na descoberta de uma nova estrela: esta não nasce no momento em que a sua luz chega à terra e é percebida pelo observador; já existia antes, talvez desde milhares de anos-luz. A definição conciliar é o momento em que a luz é colocada no candelabro do credo da Igreja.

Neste processo, que leva à proclamação solene de Maria como Mãe de Deus, podemos distinguir três grandes fases que agora vou indicar. No início, e durante todo o período dominado pela luta contra a heresia gnóstica e docetista, a maternidade de Maria é considerada quase exclusivamente como maternidade física. Esses hereges negavam que

Cristo tivesse um verdadeiro corpo humano; se admitiam que ele tinha um verdadeiro corpo humano, negavam que esse corpo tivesse nascido de uma mulher; se admitiam que ele tinha nascido de uma mulher, negavam que tivesse realmente surgido da sua carne e do seu sangue. Contra eles, era portanto necessário afirmar com força que Jesus era filho de Maria e “fruto do seu ventre” (Lc 1,42), e que Maria era a verdadeira e natural mãe de Jesus.

Nesta fase mais antiga, a maternidade de Maria serve sobretudo para demonstrar a verdadeira humanidade de Jesus. Foi neste período e neste contexto que se formulou o artigo do credo “Nascido (ou encarnado) do Espírito Santo e da Virgem Maria”. Originariamente, este artigo queria dizer simplesmente que Jesus é Deus e homem: Deus, enquanto gerado segundo o Espírito, isto é, por Deus; homem, enquanto gerado segundo a carne, isto é, por Maria.

Na fase mais antiga, surge o título de *Theotókos*. A partir de então, o uso deste título levará a Igreja à descoberta de uma maternidade divina mais profunda, que poderíamos chamar de maternidade metafísica. Isto aconteceu na época das grandes controvérsias cristológicas do quinto século, quando o problema central sobre Jesus Cristo já não era o da sua verdadeira humanidade, mas o da unidade da sua pessoa. A maternidade de Maria já não é considerada apenas em relação à natureza humana de Cristo, mas, mais corretamente, em relação à única pessoa do Verbo feito homem. E como esta única pessoa que Maria gera segundo a carne é precisamente a pessoa divina do Filho, consequentemente ela é verdadeira “Mãe de Deus”.

Entre Maria e Cristo já não existe apenas uma relação de ordem física, mas também de ordem metafísica, e este facto coloca-a numa altura vertiginosa, criando uma relação especial também entre ela e o Pai. Com o Concílio de Éfeso, esta compreensão torna-se para sempre uma conquista da Igreja: “Se alguém não confessar que Deus é verdadeiramente o Emanuel e que por isso a Santa Virgem, tendo gerado segundo a carne o Verbo de Deus feito carne, é a *Theotókos*, seja anátema” [1], lê-se num texto aprovado pelo mesmo Concílio.

Foi um momento de grande alegria para todo o povo de Éfeso, que esperou os Padres fora da sala conciliar e os acompanhou, com fachos e

cânticos, até aos seus alojamentos. Essa proclamação provocou, no Oriente e no Ocidente, uma explosão de veneração para com a Mãe de Deus. Veneração que se concretizou em festas litúrgicas, ícones, hinos e inúmeras igrejas a ela dedicadas.

Essa etapa, porém, não era definitiva. Havia um outro nível, além do físico e do metafísico, a ser descoberto na maternidade divina de Maria. Nas controvérsias cristológicas, o título *Theotókos* era valorizado mais em função da pessoa de Cristo do que de Maria, apesar de ser um título mariano. Desse título ainda não se tiravam as consequências lógicas relativas à pessoa de Maria e, particularmente, à sua santidade única. Havia o perigo de *Theotókos* tornar-se arma de batalha entre correntes teológicas, antes de ser expressão da fé e da piedade da Igreja para com Maria.

Esta foi a grande contribuição dos autores latinos e, particularmente, de Santo Agostinho. A maternidade de Maria é considerada como uma maternidade na fé, como uma maternidade espiritual. Estamos na epopeia da fé de Maria. A propósito da palavra de Jesus: “Quem é minha mãe...”, Agostinho atribui a Maria, em grau supremo, aquela maternidade espiritual que nasce do cumprimento da vontade do Pai:

“Porventura não cumpriu a vontade do Pai a Virgem Maria, que pela fé acreditou, pela fé concebeu, que foi escolhida para que dela nascesse a salvação para os homens, que foi criada por Cristo antes que em si Cristo fosse criado? É certo que santa Maria cumpriu a vontade do Pai e, por isso, para Maria foi mais importante ter sido discípula de Cristo do que ter sido Mãe de Cristo” [2].

A maternidade física e a maternidade metafísica de Maria atingem assim o seu ápice pelo reconhecimento de uma maternidade espiritual, ou de fé, que torna Maria a primeira e a mais santa filha de Deus, a primeira e a mais dócil discípula de Cristo, a criatura que – escreve mais uma vez Santo Agostinho – “pela honra devida ao Senhor, não deve sequer ser mencionada quando se fala do pecado” [3]. A maternidade física ou real de Maria, criando uma relação única e excecional entre ela e Jesus, entre ela e toda a Trindade, do ponto de vista objetivo é e permanece a realidade maior e um privilégio sem igual; isso, porém, porque, do ponto de vista subjetivo, existe a humilde fé de Maria. Para Eva, certamente era um privilégio único

o facto de ser a “mãe de todos os viventes”; mas, como não teve fé, isso de nada lhe adiantou nem lhe trouxe felicidade.

Maria é a única no universo que pode dizer, dirigindo-se a Jesus, o que o Pai celeste lhe diz: “Tu és meu filho; eu hoje te gerei!” (cf. Sl 2,7; Hb 1,5). Santo Inácio de Antioquia diz, com toda a simplicidade, quase sem perceber em que dimensão está a projetar uma criatura, que Jesus é “de Deus e de Maria” [4]. Quase como quando dizemos de alguém que é filho de fulano e de fulana. Dante Alighieri resumiu num só verso o duplo paradoxo de Maria, que é “virgem e mãe” e “mãe e filha”: “Virgem Mãe, filha do teu Filho!” [5].

Por si só, o título “Mãe de Deus” é suficiente para fundamentar a grandeza de Maria e justificar a honra que lhe é prestada. Às vezes, os católicos são acusados de exagerar na honra e na importância atribuídas a Maria; e, por vezes, é preciso reconhecer que a acusação é justificada, pelo menos quanto ao modo. Mas raramente se pensa no que Deus fez. Fazendo Maria sua Mãe, Deus honrou-a de tal maneira que ninguém pode honrá-la mais, ainda que tivesse, como diz Lutero, tantas línguas quantas são as folhas da relva [6].

O título “Mãe de Deus” é também hoje o ponto de encontro e uma base comum para todos os cristãos, a partir da qual podem voltar a reencontrar a unanimidade quanto ao lugar de Maria na fé. Este é o único título ecuménico, não só de direito, porque definido num Concílio ecuménico, mas também de facto, porque reconhecido por todas as Igrejas. Lutero, a este respeito, escreveu: “O artigo que afirma que Maria é Mãe de Deus está em vigor na Igreja desde o começo, e o Concílio de Éfeso não o definiu como novo, porque é uma verdade já sustentada no Evangelho e na Sagrada Escritura... Estas palavras (Lc 1,32; Gl 4,4) sustentam com muita firmeza que Maria é verdadeiramente a Mãe de Deus” [7]. Um outro iniciador da Reforma escreve: “A meu ver, Maria é, com justiça, chamada Genitora de Deus, *Theotókos*” – e, numa outra passagem, diz que Maria é “a divina *Theotókos*, eleita já antes de ter a fé” [8]. Calvino, por sua vez, escreve: “A Escritura declara-nos explicitamente que aquele que deverá nascer da Virgem Maria será chamado Filho de Deus (Lc 1,32), e que a própria Virgem é Mãe do nosso Senhor” [9].

“Mãe de Deus”, *Theotókos*, é, pois, o título ao qual é preciso voltar sempre, distinguindo-o, como fazem justamente os ortodoxos, de toda a infinita série de outros nomes e títulos marianos. Se fosse tomado a sério por todas as Igrejas e valorizado de facto, além de ser reconhecido de direito do ponto de vista dogmático, ele seria suficiente para criar uma unidade fundamental em torno de Maria; e ela, em vez de ser ocasião de divisão entre os cristãos, tornar-se-ia, depois do Espírito Santo, o mais importante fator de unidade ecuménica, aquela que maternalmente ajuda a “reunir na unidade os filhos de Deus que andam dispersos” (cf. Jo 11,52).

Mães de Cristo: a imitação da Mãe de Deus

A nossa maneira de proceder, neste caminho que segue as pegadas de Maria, consiste na contemplação de cada um dos “passos” por ela percorridos para depois os imitar na nossa vida. Pode Maria ser “tipo da Igreja”, isto é, seu modelo também neste ponto? Isso não só é possível, como houve homens, como Orígenes, Santo Agostinho e São Bernardo, que chegaram a dizer que, sem esta imitação, o título de Maria seria inútil para mim: “Que me aproveitaria – diziam – que Cristo tenha nascido de Maria em Belém, se pela fé não nascer também na minha alma?” [10].

É preciso lembrar que a maternidade divina de Maria se realiza em dois níveis: física e espiritualmente. Maria é Mãe de Deus não só porque o trouxe fisicamente no seio, mas também porque, pela fé, o concebeu antes no coração. Nós não podemos, naturalmente, imitar Maria no primeiro sentido, gerando novamente Cristo, mas podemos imitá-la no segundo, que é o da fé. Foi o próprio Jesus quem, pela primeira vez, aplicou à Igreja o título de Mãe de Cristo, quando declarou: “Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática” (Lc 8,21; cf. Mc 3,31ss; Mt 12,49).

Na tradição, esta verdade conheceu dois níveis de aplicação complementares. Num caso — como no texto citado de Santo Agostinho — vê-se esta maternidade realizada na Igreja considerada no seu conjunto, enquanto “sacramento universal de salvação”. No outro, vê-se realizada esta maternidade em cada pessoa ou em cada alma que crê. O Concílio Vaticano II situa-se na primeira perspectiva quando escreve:

“A Igreja... torna-se também ela mãe, pois que pela pregação e pelo batismo gera para a vida nova e imortal os filhos concebidos do Espírito Santo e nascidos de Deus” [11].

Mas, na tradição, é ainda mais clara a aplicação pessoal a cada alma: “Cada alma que crê concebe e gera o Verbo de Deus... Se, segundo a carne, uma só é a Mãe de Cristo, segundo a fé todas as almas o são, quando acolhem a palavra de Deus” [12]. Um outro Padre do Oriente afirma: “Cristo nasce sempre misticamente na alma, tomando carne naqueles que são salvos e fazendo da alma que o gera uma mãe virgem” [13].

Como conceber e dar à luz novamente Cristo

Concentremo-nos na aplicação do título “Mãe de Deus”, que nos diz respeito também de maneira particular. Vejamos como, concretamente, nos tornamos mãe de Jesus. Como, segundo Jesus, alguém se torna sua mãe? Através de duas atitudes: escutando a Palavra e pondo-a em prática. Para compreender isto, reflitamos novamente sobre como Maria se tornou mãe: concebendo Jesus e dando-o à luz. Há duas maternidades incompletas ou dois tipos de interrupções da maternidade. A primeira, antiga e conhecida, é o aborto. Acontece quando uma vida é concebida, mas não é dada à luz porque, ou por causas naturais ou pelo pecado dos homens, o feto está morto. Até há pouco tempo, este era o único caso conhecido de maternidade incompleta. Hoje conhece-se um outro caso de maternidade incompleta, que consiste em dar à luz um filho sem o ter concebido. É o que acontece no caso de filhos concebidos em proveta e só depois colocados no seio de uma mulher, e no caso desolador e sórdido de úteros emprestados ou alugados para hospedar vidas humanas concebidas alhures. Neste caso, aquilo que a mulher dá à luz não vem dela, não foi concebido “no coração antes que no corpo”.

Infelizmente, também no nível espiritual existem estas tristes possibilidades. Concebe Jesus sem o dar à luz quem acolhe a Palavra sem a pôr em prática; quem continua a fazer um aborto espiritual depois do outro, formulando propósitos de conversão sistematicamente esquecidos e deixados a meio do caminho; quem se comporta diante da Palavra como o observador apressado que olha para o seu rosto no espelho e depois vai

embora, esquecendo logo como era (cf. Tg 1,23-24). Em suma, quem tem a fé, mas não tem as obras.

Por outro lado, dá à luz Cristo sem o ter concebido quem faz muitas obras, boas até, mas que não nascem do coração, do amor para com Deus e da reta intenção, mas procedem do hábito, da hipocrisia, da procura da própria glória e do próprio interesse, ou simplesmente da satisfação que vem do agir. Em suma, quem tem as obras, mas não tem a fé.

As cinco festas do Menino Jesus

Vimos o caso negativo da maternidade incompleta por falta de fé, ou por falta de obras. Consideremos agora o caso positivo de uma verdadeira e completa maternidade que nos torna semelhantes a Maria. São Francisco de Assis tem uma palavra que resume bem o que quero sublinhar:

“Somos mães de Cristo – diz ele – quando o trazemos no coração e no corpo através do amor divino e de uma consciência pura e sincera; nós damos-lhe à luz pelas obras santas, que devem resplandecer como exemplo para os outros... Oh, como é santo e como é caro, agradável, humilde, pacífico, doce, amável e desejável acima de todas as coisas ter semelhante irmão e semelhante filho, o nosso Senhor Jesus Cristo!” [14].

Nós – chega a dizer o santo – concebemos Cristo quando o amamos na sinceridade do coração e com retidão de consciência, e damos-lhe à luz quando realizamos obras santas que o manifestam ao mundo. É um eco das palavras de Jesus: “Brilhe a vossa luz diante dos homens, de modo que, vendo as vossas boas obras, glorifiquem o vosso Pai que está nos céus” (Mt 5,16).

São Boaventura, discípulo e filho do Pobrezinho, desenvolveu este pensamento num opúsculo intitulado *As cinco festas do Menino Jesus*. Nele explica como a alma devota pode espiritualmente conceber o bendito Verbo e Filho Unigénito do Pai, dá-lo à luz, dar-lhe o nome, procurá-lo e adorá-lo com os Magos e, por fim, apresentá-lo felizmente a Deus Pai no seu templo [15].

Destes cinco momentos ou festas do Menino Jesus que a alma deve reviver, interessam-nos particularmente os dois primeiros: a concepção e o nascimento. Segundo São Boaventura, a alma concebe Jesus quando, descontente com a vida que leva, estimulada pelas santas inspirações e inflamada de santo ardor, libertando-se resolutamente dos seus velhos hábitos e defeitos, é como que fecundada espiritualmente pela graça do Espírito Santo e concebe o propósito de uma vida nova. Aconteceu a concepção de Cristo! Uma vez concebido, o bendito Filho de Deus nasce no coração quando a alma, depois de ter feito um discernimento sã, de ter pedido conselho oportuno e de ter implorado a ajuda de Deus, põe imediatamente em prática o seu santo propósito e começa a realizar aquilo que, havia muito tempo, vinha planeando, mas que sempre adiava por receio de não o conseguir.

Mas é necessário insistir numa coisa: este propósito de vida nova deve traduzir-se, sem demora, em algo de concreto, numa mudança, se possível externa e visível, da nossa vida e dos nossos hábitos. Se o propósito não for posto em prática, Jesus é concebido, mas não nasce. Trata-se de um dos muitos abortos espirituais. Nunca será celebrada “a segunda festa” do Menino Jesus, que é o Natal! E este é um dos muitos adiamentos que talvez marquem a nossa vida e que são uma das razões principais de tão poucos se tornarem santos.

Se decidires mudar o teu estilo de vida, começando a participar daquela categoria de pobres e humildes que, como Maria, procuram unicamente encontrar graça diante de Deus sem querer agradar aos homens, então precisas armar-te da coragem necessária. Terás de enfrentar dois tipos de tentação. Primeiro, apresentar-se-ão – diz São Boaventura – os homens carnaís do teu ambiente para te dizerem: “É demasiado árduo o que vais empreender; não o conseguirás, faltar-te-ão as forças, a tua saúde ficará prejudicada; isso não condiz com o teu estado de vida, comprometes a tua reputação e a dignidade do teu cargo...”.

Depois de superado este obstáculo, apresentar-se-ão outras pessoas que têm fama de ser, e talvez sejam de facto, piedosas e religiosas, mas que não acreditam realmente no poder de Deus e do seu Espírito. Estas dir-te-ão que, se começares a viver assim – dando muito espaço à oração, evitando

conversas inúteis, praticando obras de caridade –, logo serás considerado santo, homem devoto, espiritual; e, como sabes muito bem que não o és, acabarás por enganar as pessoas e tornar-te um hipócrita, atraindo sobre ti a ira de Deus que perscruta os corações. A todas estas tentações é preciso responder com fé: “Não, a mão do Senhor não é curta para salvar!” (Is 59,1), e, quase irritados connosco mesmos, exclamar como Agostinho às vésperas da sua conversão: “*Si isti et istae, cur non ego?*” [16].

Nestas meditações do Advento procurámos preparar-nos para o Natal na escola da Mãe de Deus. Agora que chegámos ao fim, só nos resta unir-nos a ela na contemplação silenciosa e extasiada de Deus feito homem para nossa salvação. A liturgia bizantina, na véspera de Natal, contém uma oração cheia de santo orgulho que podemos fazer nossa diante do presépio:

Que podemos oferecer-te como dom, ó Cristo nosso Deus, por teres aparecido na terra assumindo a nossa humanidade? Cada uma das criaturas moldadas por tuas mãos oferece algo em ação de graças: os anjos oferecem o seu canto, os céus a estrela, os magos os seus dons, os pastores o seu assombro, a terra uma gruta, o deserto uma manjedoura. Mas nós oferecemos-te uma Mãe virgem!

[1] Enchiridion Symbolorum, n. 252.

[2] S. Agostinho, Sermões 72 A (=Denis 25), 7 (Miscelânea Agustiniana, I, p. 162).

[3] S. Agostinho, De natura et gratia 36, 42 (CSEL 60, p. 263 s.).

[4] S. Inácio de Antioquia, Carta aos Efésios 7, 2.

[5] Dante Alighieri, *Paradiso* XXXIII, 1.

[6] Lutero, Comentário ao Magnificat (ed. Weimar 7, p. 572 ss).

[7] Lutero, Sobre os concílios da Igreja (ed. Weimar, 50, p. 591 ss).

[8] H. Zwingli, *Expositio fidei*, em Zwingli Hauptschriften, der Theologe III, Zurigo 1948, p. 319.

[9] Calvino, *Institutiones* II, 14, 4.

[10] Cf. Orígenes, Comentário do Evangelho de Lucas 22,3 (SCh 87, p. 302).

[11] *Lumen Gentium*, 64.

[12] S. Ambrósio, *Expositio in Lucam*, II, 26.

[13] S. Máximo Confessor, Comentário ao Pai-Nosso (PG 90, 889).

[14] S. Francisco de Assis, Carta aos fiéis, 1.

[15] S. Boaventura, *De quinque festivitibus Pueri Jesu* (ed. Quaracchi 1949, pp. 207 ss).

[16] S. Agostinho, *Confissões*, VIII, 8, 19.

QUARTA PREGAÇÃO